

EDUCAÇÃO INDÍGENA E INCLUSÃO DIGITAL: POLÍTICAS E PRÁTICAS

UBERABA/MG MAIO/2017

NEIDE BORGES PEDROSA - UNIVERSIDADE FEDERAL DO TRIANGULO MINEIRO - neibpedrosa@gmail.com

ROGÉRIA MOREIRA REZENDE ISOBE - UNIVERSIDADE FEDERAL DO TRIANGULO MINEIRO -
rogeriaisobe@gmail.com

Tipo: INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA (IC)

Natureza: RELATÓRIO FINAL DE PESQUISA

Categoria: ESTRATÉGIAS E POLÍTICAS

Setor Educacional: EDUCAÇÃO CONTINUADA EM GERAL

RESUMO

Este trabalho apresenta resultados de pesquisa – realizada em 2010 – que teve como objetivo analisar o processo de implantação de ambientes digitais nas escolas das aldeias Arara-Karo e Gavião-Ikolen – localizadas na Terra Igarapé Lourdes (Ji-Paraná/Rondônia) – como parte de um processo de inclusão digital das comunidades indígenas. A metodologia fundou-se numa abordagem qualitativa na perspectiva da pesquisa-ação que possibilitou o envolvimento entre os sujeitos da pesquisa de modo cooperativo e participativo. A investigação desenvolveu-se com onze professores indígenas por meio de duas atividades articuladas: 1) ações de formação continuada no processo de implantação de telecentros nas escolas das aldeias em decorrência da política nacional de inclusão digital; 2) observação e registro dos modos de apropriação das TICs pelos indígenas. A pesquisa se nutriu dos referenciais teóricos alinhados à análise da inclusão digital como importante processo de inclusão social numa perspectiva de emancipação humana. Os resultados demonstraram que aquelas comunidades indígenas reconhecem a importância da inclusão digital para superação dos processos de exclusão social. Por meio de posturas que evidenciaram, autonomia, coletividade e cooperação os sujeitos se apropriaram das mídias digitais para produção de conteúdo voltado para preservação de sua cultura e construção de uma rede de integração entre os povos indígenas para o exercício da cidadania e luta pelos direitos sociais.

Palavras-chave: educação indígena; inclusão digital, interculturalidade, formação docente.

Introdução

Na América Latina, as comunidades indígenas se constituem como grupos vulneráveis devido aos inúmeros preconceitos étnicos que os levam a negar suas identidades como estratégia de sobrevivência e para amenizar a discriminação e estigma em função dos seus costumes tradicionais. Nesse processo os indígenas acabam se distanciando de sua própria cultura ao mesmo tempo em que são excluídos da cultura capitalista urbana.

No entanto, desde o final do século passado vem ocorrendo no Brasil um fenômeno de reetnização, conhecido como “etnogênese” que consiste na reafirmação de identidade de um povo étnico, após ter deixado de assumir sua identidade, por circunstâncias históricas, recuperando aspectos relevantes de sua cultura (BANIWA, 2006). A saída da invisibilidade ocorreu no âmbito de um processo de luta desses povos pela sua afirmação étnica que engendrou melhorias nas políticas públicas, advindas da conquista de direitos e de cidadania por parte das comunidades indígenas. Ainda assim, muitos jovens indígenas têm dificuldades no acesso ao ensino superior e poucas possibilidades de emprego digno ficando vulneráveis a todo tipo de violência, assistência precária à saúde, discriminação étnica, homicídio, suicídio e abuso de drogas (POPOLO; LÓPEZ; ACUÑA, 2009).

Baniwa (2006, p. 29) – primeiro índio a obter o título de Mestre em Antropologia Social no Brasil – observa que atualmente “vive-se um período de consolidação do movimento indígena, de políticas públicas específicas e de revalorização das culturas”. Ele analisa que os povos indígenas brasileiros são sobreviventes e resistentes do processo de colonização europeia, que vivem o desafio de consolidar um espaço na vida multicultural do país.

No âmbito das políticas públicas nota-se alguns avanços nas conquistas dos povos indígenas, notadamente nas áreas de saúde e educação básica, referenciadas pela busca de superação das histórias de práticas tutelares e paternalistas de políticas indigenistas oficiais. Entre os desafios para o desenvolvimento de políticas públicas voltadas para os direitos dessa população, destaca-se a possibilidade do acesso aos artefatos, instrumentos e valores do mundo global como as TICs (POPOLO; LÓPEZ; ACUÑA, 2009).

No que se refere à educação, nota-se que as prescrições constitucionais vigentes buscam assegurar às sociedades indígenas uma educação escolar específica e diferenciada, intercultural e bilíngue (BRASIL, 1988). A relevância dessa conquista pode ser analisada quando observamos que, até o final da década de 1970, a educação

escolar indígena foi marcada por um paradigma assimilacionista, ou seja, que tinha por objetivo incorporar os valores e comportamentos, inclusive linguísticos, da cultura não-indígena. Dessa forma, vivia-se um modelo educacional que trabalhava a submersão cultural e linguística do índio na sociedade dominante. Para superar essa condição subalterna, os fortalecimentos políticos das associações indígenas levaram a uma importante conquista legal: pela primeira vez foi assegurado na Constituição Federal o direito de as populações indígenas terem seus costumes e seus princípios educacionais respeitados no processo de escolarização formal.

A ênfase da Constituição Federal de 1988 na educação escolar indígena específica e diferenciada resultou em medidas adotadas a partir do Decreto Federal 26/91, que consistiram na retirada da incumbência do órgão indigenista, a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), em conduzir processos de educação escolar nas sociedades indígenas, atribuindo ao MEC a coordenação das ações e sua execução, aos Estados e Municípios.

Por sua vez, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) em seus artigos 26, 32, 78 e 79 estabelece que a educação escolar para os povos indígenas deve ser intercultural e bilíngue para a reafirmação de suas identidades étnicas, recuperação de suas memórias históricas, valorização de suas línguas e ciências, além de possibilitar o acesso às informações e aos conhecimentos valorizados pela sociedade nacional (BRASIL, 1996).

Tais conquistas configuram um paradigma emancipatório em termos de educação indígena: trata-se de um modelo que busca promover o respeito às crenças, aos saberes e às práticas culturais destes povos ao mesmo tempo em que promove interlocução da tradição com a modernidade.

Nessa conjuntura, torna-se fundamental a realização de pesquisas e ações voltadas para a formação de docentes para a escola indígena de modo a assegurar a constituição de valores, conhecimentos e competências gerais e específicas para a efetividade do compromisso da sociedade brasileira, assumido através deste corpo de leis, suas diretrizes e normatizações.

É nesse caminho de reflexões que se situa esta pesquisa que foi realizada em 2010 com o objetivo analisar o processo de implantação de ambientes digitais nas escolas das aldeias Arara-Karo e Gavião-Ikolen – localizadas na Terra Igarapé Lourdes (Ji-Paraná/Rondônia), como parte de um processo de inclusão digital das comunidades indígenas.

Este trabalho foi organizado em três seções. A primeira apresenta os referenciais teóricos que subsidiaram a investigação. A segunda discorre sobre desenvolvimento da pesquisa ressaltando os sujeitos envolvidos bem como os procedimentos metodológicos. A terceira evidencia os resultados da investigação. Por fim, serão apresentadas algumas considerações finais que sumarizam os principais resultados da pesquisa.

Referenciais teóricos

Os referenciais teóricos que nutriram a investigação pautaram-se no entendimento de que a interculturalidade pressupõe a convivência e coexistência de culturas e identidades diferenciadas. Baniwa (2006, p. 50) afirma que “a consciência de uma cultura própria é, em si, um ato libertador, na medida em que vence o sentimento de inferioridade diante da cultura opressora”. Para ele nenhuma prática intercultural pode confundir o conceito de cidadania diferenciada com desigualdade ou inferioridade.

A obra de Baniwa (2006) corrobora um consenso, hoje vigente: para o indígena se inserir na modernidade não significa que deva abdicar de sua origem, modos de vida e tradições; significa, sim, interagir com outras culturas de forma consciente e, a partir de sua referência identitária, rejeitar a homogeneização condicionada por um mundo globalizado. Buscar esta identidade, entretanto, não quer dizer construir uma cultura indígena genérica, mas, identidades étnicas específicas expressas pelos diferentes grupos étnicos abrigados sob a denominação mais ampla de “povos indígenas do Brasil”.

Nesse contexto, o indígena tem clareza de que precisa ter acesso às tecnologias e informações do mundo globalizado para se fortalecer e lutar por seus interesses e sobrevivência. Ou seja, a preservação de sua cultura e de sua autonomia pressupõe o acesso ao conhecimento de forma também autônoma, contrapondo-se a uma “conquista” manipulada, quando tal processo não se dá através de um diálogo intercultural.

O reconhecimento de que a tecnologia tanto serve para a emancipação como para a dominação engendrou a importância de eleger como discussão conceitual a questão da humanização pela tecnologia, com desdobramentos em termos de emancipação. Nesse sentido, o pensamento de Freire (1979, p.22) referenciou o procedimento analítico quando o autor, estabelece relação entre humanização e tecnologia:

[...] se o meu compromisso é com o homem concreto, com a causa de sua humanização, de sua libertação, não posso por isso mesmo prescindir da ciência, nem da tecnologia, com as quais me vou instrumentando para melhor lutar por esta causa.

O autor explicita, assim, o falso dilema entre humanismo e tecnologia, isto é, não há como negar que a humanização nos tempos atuais passa pela superação de uma oposição equivocada à apropriação da tecnologia. E ao falar do uso das tecnologias na educação assim se expressa:

[...] nunca fui ingênuo apreciador da tecnologia: não a divinizo, de um lado, nem a diabolizo, de outro. Por isso mesmo sempre estive em paz para lidar com ela. Não tenho dúvida nenhuma do enorme potencial de estímulos e desafios à curiosidade que a tecnologia põe a serviço das crianças e adolescentes das classes sociais chamadas desfavorecidas (FREIRE, 1979, p.87).

A propósito das TICs são pertinentes as observações de LÉVY (1999, p. 196)

[...] acesso para todos sim! Mas não se deve entender por isso um acesso ao equipamento, a simples conexão técnica que, em pouco tempo, estará de toda forma muito barata (...) devemos antes entender um acesso de todos os processos de inteligência coletiva, quer dizer, ao ciberespaço como sistema aberto de autcartografia dinâmica do real, de expressão das singularidades, de elaboração dos problemas, de confecção do laço social pela aprendizagem recíproca, e de livre navegação nos saberes. A perspectiva aqui traçada não incita de forma alguma a deixar o território para perder-se no 'virtual', nem a que um deles 'imite' o outro, mas antes a utilizar o virtual para habitar ainda melhor o território, para tornar-se seu cidadão por inteiro.

Nessa perspectiva, a inclusão digital é considerada como uma das formas de combater estereótipos relacionados às comunidades indígenas e equalizar oportunidades em uma

sociedade marcada por diversas formas de exclusão das diferentes etnias e classes sociais. Inclusão digital aqui é concebida na perspectiva de Young (2006, p. 97) que pode ser considerada como “aprendizagem necessária ao indivíduo para interagir no mundo das mídias digitais, podendo não apenas saber onde encontrar a informação, mas também qualificá-la e torná-la útil para seu dia-a-dia”. A investigação se nutriu dos referenciais teóricos alinhados à análise da inclusão digital configura-se, pois, como importante processo de inclusão social numa perspectiva de emancipação humana. São pertinentes ainda as observações de Sorj (2003, p. 14) “embora aceitemos que as novas tecnologias não sejam uma panacéia para os problemas da desigualdade elas constituem hoje uma das condições fundamentais de integração na vida social”.

Desenvolvimento da pesquisa

O desenvolvimento da pesquisa ocorreu no âmbito do processo de implantação de dois Telecentros em escolas das aldeias Arara-Karo e Gavião-Ikolen – localizadas na Terra Igarapé Lourdes (Ji-Paraná/Rondônia). As aldeias foram beneficiadas pelo Programa Nacional de Apoio à Inclusão Digital nas Comunidades, coordenado pelo Ministério das Comunicações, que tem como prioridade oferecer ferramentas em tecnologias de informação e comunicação para áreas remotas e excluídas com escassez de infraestrutura de telecomunicações.

Nesse contexto, duas escolas indígenas representantes daquelas etnias foram beneficiadas com salas de informática providas de mobiliários e 10 computadores conectados à internet em banda larga – estabelecida com antena do GESAC – com o objetivo de promover a inclusão digital e social das comunidades envolvidas.

A investigação teve como público alvo professores indígenas que atuavam nas 8 (oito) escolas das aldeias. No momento de desenvolvimento da pesquisa as etnias contavam com um quadro de 19 (dezenove) docentes indígenas sendo 07 (sete) da etnia Arara e 12 (doze) da etnia Gavião. Participaram da pesquisa 11 (onze) professores destas duas etnias, pois, nem todos tinham condição de fazer o curso de formação continuada em inclusão digital – que se configurava em uma das etapas da investigação – já que o mesmo coincidia com o calendário do curso de formação do Projeto Açaí ministrado pela Secretaria Estadual de Educação - SEDUC-RO.

Os participantes, professores das etnias Arara e Gavião das aldeias da Terra Igarapé Lourdes de Ji-Paraná/RO, tiveram sua formação de Magistério Indígena. Dos 11 (onze) professores 9 (nove) são homens; à época da pesquisa o grupo tinha entre 27 e 35 anos; todos possuíam formação docente em nível médio por meio do Projeto AÇAÍ da

SEDUC-RO e 8 (oito) deles frequentavam a Licenciatura em Educação Básica Intercultural, da Universidade Federal de Rondônia - UNIR.

A metodologia fundou-se numa abordagem qualitativa (MINAYO, 2007) na perspectiva da pesquisa-ação definida por Thiollent (2005, p. 14) como investigação realizada “em estreita associação com a resolução de um problema coletivo e na qual o pesquisador e participantes estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo”. Esse processo foi marcado por pelo respeito à cultura indígena, seus valores, anseios e expectativas em relação às TICs. Aqui foram importantes as premissas de Morin (2004) que entende a pesquisa-ação fundamentada em um objetivo emancipatório e transformador do discurso, das condutas e das relações sociais; porém, sem pretender apontar respostas, indica os possíveis caminhos para superar os desafios postos pela situação-problema, no caso, a inclusão digital de comunidades indígenas.

Nesse processo, foi utilizado um conjunto de procedimentos que viabilizou situações de interação com os sujeitos da pesquisa. Após a instalação dos equipamentos, iniciou-se o curso de curso de formação continuada em inclusão digital. O curso foi estruturado em 03 módulos de 60 horas, perfazendo um total de 180 horas/aulas, desenvolvidas no período de março/2010 a nov/2010. As atividades formativas abordaram as seguintes temáticas e ações: a) contato com a máquina, identificação dos componentes (CPU, monitor, teclado, etc), sequência dos atos de ligar e desligar; b) criação de e-mail pelos participantes, promovendo-se, em primeiro lugar, a troca de e-mails entre eles; c) pesquisa na internet, a partir da ideia de se buscar a informação sobre o significado do próprio nome para subsidiar a história de vida; d) criação do blog de cada uma das duas etnias para a divulgação cultural das mesmas; e) desenvolvimento de habilidades e competências relativas ao uso didático-pedagógico das tecnologias na sala de aula; f) debates e discussões sobre as possibilidades de apropriação crítica e social das tecnologias digitais de rede, reconhecendo seu potencial crítico e emancipatório. Também foram realizadas várias visitas às aldeias com a técnica de observação e registro em um diário de bordo sobre a experiência de implantação de ambientes digitais nas aldeias.

Resultados

Os resultados demonstraram que os professores indígenas reconhecem a importância da inclusão digital para superação dos processos de exclusão social. Compreenderam ainda que inclusão digital supera o simples acesso às tecnologias e está relacionado com o empoderamento do sujeito para transformação de sua realidade. Isso se evidenciou nas discussões sobre a necessidade de apropriação crítica das TICs e nos

modos de interação com o mundo das mídias digitais.

Foram realizadas algumas ações que evidenciam o protagonismo indígena: produção de materiais didáticos específicos em sua língua com o objetivo de preservação cultural e luta pelo direito à identidade de seu povo; criação de blogs de cada etnia e utilização dessa ferramenta para integração entre as aldeias; divulgação e registro de eventos e reuniões; difusão de conteúdo que permitiu diminuir as distâncias e facilitar a comunicação entre as etnias; apropriação da internet para concretização de uma ponte intercultural com o movimento indígena nacional, com acesso a portais, comunidades, blogs e sites de organizações voltados para conscientização dos direitos indígenas e denúncia contra preconceitos e discriminações contra essa população (ex: portal Índios on line www.indiosonline.org.br e Ação dos Jovens Indígenas-AJI www.ajindo.blogspot.com); realização de pesquisas para subsidiar as atividades docentes de modo a agregar valor ao processo de formação das novas gerações de sua etnia; iniciativa de organização de um projeto para preservação dos bens imateriais mais antigos das etnias como os mitos, histórias e dicionário na língua Karo.

Considera-se que tais ações e posturas evidenciam um processo de aprendizagem de apropriação crítica das mídias digitais. No entanto, sabe-se da complexidade dos processos de inclusão e são inúmeras as dificuldades a serem enfrentadas tais como: acesso restrito aos dispositivos de tecnologias uma vez que a exclusão digital está associada às desigualdades sociais, econômicas, culturais e regionais; instabilidade da internet que demanda a criação de um plano nacional eficiente e igualitário na oferta de serviços de banda larga uma vez que tais serviços – atualmente ofertados por parte das operadoras – são extremamente precários em determinadas regiões do interior do país.

Considerações finais

As políticas de inclusão digital engendradas pelo programa do governo federal apresentam lacunas a serem preenchidas, pois para que se efetive essa inclusão, além do fornecimento de equipamentos é preciso investir nos processos de formação crítica para o uso criativo e produtivo das informações digitais das redes.

A inserção dos povos indígenas na modernidade não significa a abdicação de suas origens, modos de vida e tradições; significa, sim, interação com outras culturas a partir de sua referência identitária, rejeitando a homogeneização condicionada por um mundo globalizado. As TICs são, pois, concebidas como ferramentas que permitem ao usuário ser um agente ativo na produção e veiculação de informações próprias, como emissor em conexão com as mídias digitais.

O desenvolvimento da pesquisa-ação possibilitou a experiência de um processo inicial mais amplo de inclusão digital na medida em que este trabalho faz a opção pela emancipação enquanto conceito que, inspirado no pensamento freiriano, norteou uma experiência de formação de sujeitos críticos, participantes da construção do próprio conhecimento, no contexto de uma prática que buscou caminhos para superar uma trajetória de dominação das comunidades indígenas.

Nesse processo, a relação com indígenas não os concebeu como “depositários” de um conhecimento levado pronto para eles, mas, como sujeitos de um processo de construção de consciência de si e da sociedade envolvente; ali, os próprios “aprendentes” se refizeram dialeticamente a partir de suas experiências anteriores em diálogo com a experiência de agora, isto é, mediando-se conhecimento e opções pela reflexão sobre si mesmo e sobre a chegada das TICs no cotidiano daquelas etnias.

Conclui-se que inclusão digital se configura como um processo muito complexo que vai além da instalação de equipamentos e utilização de tecnologias. Existem elementos multifacetados que envolvem movimentos de conscientização e empoderamento ocorrem, necessariamente, por meio de processos formativos críticos e criativos.

Referências Bibliográficas

BANIWA, G. S. L. O índio brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje. Brasília: MEC/Secad; Museu Nacional/UFRJ, 2006.

BRASIL. Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei No. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação

nacional. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 23 dez. 1996. Ano CXXXIV, n. 248.

BRASIL. Constituição Federal de 1988. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em .

FREIRE, P. **Educação e mudança** . Tradução de Moacir Gadotti e Lillian Lopes Martin. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. (Coleção Educação e Comunicação, v.1).

LÉVY, P. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, 1999.

MINAYO, M. C. de S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 10ª

ed. São Paulo: Hucitec, 2007.

MORIN, A. **Pesquisa-ação integral e sistêmica**: uma antropedagogia renovada. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

POPOLO, F. D.; LOPEZ, M.; ACUÑA, M. **Juventude Indígena e ascendência africana na América Latina**: desigualdades sóciodemográficas e desafios. Madrid, Espanha: Centro Latino Americano e Caribeño de demografia/División de Problación de La Cepal, 2009. Disponível em: . Acesso em: 07 abril. 2017.

SORJ, B. **Brasil@povo.com**: a luta contra a desigualdade na sociedade da informação. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.; UNESCO, 2003

THIOLLENT, M. **Metodologia da pesquisa-ação**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

YOUNG, R. A inclusão digital e as metas do milênio. **Inclusão social**. v.1, n.2, p.96-99,abr/set. 2006.